

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – DA SALA DE AULA AO LIVRO	13
INTRODUÇÃO	15
CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DA POLÍTICA INDUSTRIAL E DA NORMA TRIBUTÁRIA COMO SEU INSTRUMENTO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA DOS SISTEMAS DE NIKLAS LUHMANN	23
<i>Aristóteles Moreira Filho</i>	
1 Introdução	23
2 A política industrial e o contexto social de sua implementação	24
3 Do sistema político para o sistema jurídico	31
4 Dos sistemas político e jurídico para o sistema econômico	35
5 Análise crítica da política industrial à luz da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann	42
6 Conclusões	51
A TEORIA DOS SISTEMAS DE LUHMANN E SUA APLICAÇÃO AO DIREITO TRIBUTÁRIO: A FUNÇÃO DOS PRECEDENTES COMO VETOR DE COERÊNCIA SISTÊMICA	55
<i>Carolina Nobre Castello Branco</i>	
<i>Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho</i>	
Introdução	55
1 A teoria dos sistemas de Luhmann e sua aplicação no direito tributário	57
2 O papel dos precedentes na coerência sistêmica	59
3 Histórico do “sistema brasileiro de precedentes”	63
4 Observância dos precedentes judiciais pela administração tributária	66
Considerações finais	69
Referências	72

PRINCÍPIO DA SIMPLICIDADE NO DIREITO TRIBUTÁRIO: COMPLEXIDADE E CONTINGÊNCIA	75
<i>Cristiano Araújo Luzes</i>	
1 O problema	75
2 Complexidade e contingência em Niklas Luhmann	77
3 Complexidade e contingência do sistema jurídico: o problema da certeza	81
4 O princípio da simplicidade sob a perspectiva sistêmico-funcional	85
5 Princípio da simplicidade: mitigação da contingência no direito tributário	91
Referências	94
 O ESTADO DE SUPREMA EXCEÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO: EFEITOS DA ALOPOIESE NOS JULGAMENTOS TRIBUTÁRIOS PELO STF	 97
<i>Cristiano Carvalho</i>	
<i>Cairo Trevia Chagas</i>	
Introdução	97
1 Da abertura cognitiva à abertura operativa: a identificação do problema	100
2 Dos efeitos sobre os julgamentos tributários	107
3 Uma proposta de solução: falibilismo epistemológico, originalismo e <i>stare decisis</i>	112
4 Conclusão	122
Referências	123
 A CONSIDERAÇÃO ECONÔMICA NO DIREITO TRIBUTÁRIO: UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DAS LIÇÕES DE NIKLAS LUHMANN	 127
<i>Daniela Gueiros Dias Koury</i>	
Introdução	127
1 Conceitos fundamentais da Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann	131
2 A insustentabilidade da tese da consideração econômica ou interpretação econômica no Direito Tributário	139
Conclusão	145
Referências	146

SERIA O TRIBUTO UM INSTITUTO INTERSISTÊMICO? (PARA AQUÉM DE LUHMANN)	149
---	-----

Edison Carlos Fernandes

Introdução	149
1 Uma <i>possível</i> exposição da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann	152
1.1 Advertências iniciais	152
1.2 Superteoria social como síntese de outras três teorias	155
1.3 O paradoxo da autorreferência (autopoiese)	158
1.4 Irritação e acoplamento estrutural	161
1.5 O sistema social do direito	163
2 Possível natureza do tributo na teoria dos sistemas sociais	166
3 Uma <i>possível</i> recepção crítica da abordagem do tributo na teoria dos sistemas sociais	168
3.1 Sistema tributário como sistema social	170
3.2 Tributo como instituto intersistêmico	172
Conclusões: para aquém de Niklas Luhmann	174
Referências	176

INTERPRETAÇÃO DA IA NO DIREITO TRIBUTÁRIO: UM ESTUDO SOB A PERSPECTIVA DE LUHMANN	179
--	-----

Fernando Aurelio Zilveti

1 Introdução	179
2 Interpretação como processo – uma perspectiva da teoria de Luhmann	181
3 Interpretação possível no direito tributário e a tecnologia IA na teoria de Luhmann	190
4 A interpretação digital no direito tributário – a IA decidindo	192
5 Conclusão	195

AUTOPOIESE BIOLÓGICA E A PERSPECTIVA SUBJETIVA NA INTERPRETAÇÃO DO DIREITO	199
---	-----

José Maria Arruda de Andrade

TEORIA DOS SISTEMAS SOCIAIS DE NIKLAS LUHMANN: LENTES PARA
OBSERVAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA SOBRE O CONSUMO NO BRASIL 207

José Mauro de Oliveira Jr.

1 Introdução	207
2 A teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann	210
2.1 Conceitos fundamentais da teoria dos sistemas	210
2.2 Comunicação como elemento central à teoria dos sistemas sociais	211
2.3 Direito como sistema autopoietico: fechamento operacional e abertura cognitiva	212
3 Reforma tributária no Brasil: fundamentos e propostas	215
3.1 Diagnóstico do sistema tributário brasileiro	215
3.2 Propostas principais da reforma tributária	216
3.3 Impactos esperados nos sistemas jurídico e econômico	216
4 Intersecção entre a reforma tributária e a teoria dos sistemas	218
4.1 A reforma tributária como fenômeno jurídico e social	220
4.2 Desafios e perspectivas da reforma tributária sob a ótica dos sistemas sociais	222
5 Conclusões	225
Referências	226

A TRIBUTAÇÃO PELO PIS E PELA COFINS DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
DECORRENTES DA REMISSÃO DE DÍVIDAS TRIBUTÁRIAS: UMA LEITURA
A PARTIR DA TEORIA DOS SISTEMAS DE NIKLAS LUHMANN 229

Marcelo Magalhães Peixoto

1 Introdução	229
2 O instrumental luhmanniano e o lugar da contabilidade	230
2.1 Fechamento operativo, abertura cognitiva e programa condicional	230
2.2 O lugar da contabilidade	231
3 A remissão de dívidas e os dois cenários contábeis	233
3.1 A remissão como ato do sistema jurídico	233
3.2 A bifurcação contábil e o argumento decisivo	233
4 O conceito jurídico-constitucional de receita	234

5 O contra-argumento: redução de passivo e aumento do patrimônio líquido	236
5.1 A objeção e quem a sustenta	236
5.2 A premissa é contábil, e a norma de incidência é jurídica	237
5.3 Mesmo no plano contábil a qualificação é discutível	237
5.4 A própria lei de regência adota o critério do ingresso	237
5.5 O legislador já qualificou o desconto de dívida tributária como não receita	238
5.6 O critério do STJ é próprio da tributação da renda	239
5.7 O estado da arte	239
6 Conclusão	240
Referências	241

LUHMANN, O PROBLEMA DA JUSTIÇA NUMA SOCIEDADE COMPLEXA E O PAPEL DA TRIBUTAÇÃO	243
---	-----

Misabel de Abreu Machado Derzi

Valter de Souza Lobato

Vinícius Andre de Oliveira Soares

Introdução	243
1 Definição <i>a priori</i> do problema: complexidade e o problema da justiça	244
1.1 Complexidade	244
1.2 O “problema da justiça” ou da legitimidade da integração social	246
2 Redefinição do problema: redução de complexidade entre familiaridade e confiança	246
2.1 Familiaridade	247
2.2 Confiança	248
2.3 Um jogo de soma zero, com uma das parcelas se esvaindo	251
3 O papel do Direito: a resposta de Luhmann e a legitimação pela legalidade	254
3.1 Resposta de Luhmann especificamente ao problema da complexidade	254
3.2 Endereçando brevemente o problema mais geral da integração social. Legitimidade pela legalidade	260
4 O papel da tributação do ponto de vista da ciência das finanças	264
Conclusão	268
Referências	269

SOBRE UMA METODOLOGIA SISTEMÁTICA NO DIREITO TRIBUTÁRIO	271
<i>Paulo Caliendo</i>	
Sistemas sociais em Luhmann	271
Metodologia dos sistemas sociais em Luhmann	273
Do holismo metodológico e seus enganos	280
Considerações finais	283
O TRATAMENTO DIFERENCIADO DA FAZENDA PÚBLICA EM PROCESSOS JUDICIAIS: UMA REFLEXÃO SISTÊMICA SOBRE ISONOMIA PROCESSUAL E SEGURANÇA JURÍDICA NO DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO	285
<i>Ricardo Alexandre Hidalgo Pace</i>	
1 Introdução	285
2 Desenvolvimento	286
2.1 Referencial teórico – a Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann	286
2.1.1 Sociedade e seus subsistemas	286
2.1.2 Comunicação	286
2.1.3 Sistema e ambiente	286
2.1.4 Clausura operacional e abertura cognitiva	287
2.1.5 Codificação	287
2.1.6 Autopoiese	287
2.1.7 Expectativas	288
2.1.8 Direito, economia e política como subsistemas	288
2.1.9 Acoplamento estrutural	289
2.2 Tratamento diferenciado enquanto assimetria processual	289
2.3 Impactos na segurança jurídica e na previsibilidade normativa	291
2.4 Clausura operativa e interferências sistêmicas	294
2.5 Acoplamento estrutural, formalismo jurídico e justiça fiscal	294
2.6 Codificação binária e a complexidade das relações fiscais	294
2.7 O problema da legitimidade e da justiça no sistema tributário	295
2.8 A circularidade entre direito, política e economia	295
2.9 Contingência, abertura cognitiva e a construção da legalidade	295
2.10 Síntese dos desafios	295

2.11 Propostas para o reequilíbrio processual	296
2.11.1 Redução dos prazos diferenciados	296
2.11.2 Revisão dos critérios de modulação de efeitos	296
2.11.3 Fortalecimento da imparcialidade judicial	297
2.11.4 Penalização da Fazenda Pública por litigância predatória	297
2.11.5 Reequilíbrio da garantia prévia na execução fiscal	297
2.11.6 Extinção ou restrição do duplo grau obrigatório de jurisdição	298
2.11.7 Sanções para atrasos processuais da Fazenda	298
2.11.8 Reequilíbrio na aplicação de súmulas na admissibilidade de recursos	298
3 Conclusões	299

A REFORMA TRIBUTÁRIA SOBRE O CONSUMO NO BRASIL SOB A ÓTICA DA TEORIA DOS SISTEMAS DE LUHMANN	303
---	-----

Sarah Maia

1 Introdução	303
2 Fundamentos teóricos da teoria dos sistemas de Luhmann	305
3 As reformas como resultado de acoplamentos estruturais	310
4 A reforma tributária sobre o consumo no Brasil	314
5 A reforma tributária como processo de reacoplamento	319
6 Conclusão	323
Referências	325

A AUTOPOIESE DE LUHMANN EM UMA INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE PIS E COFINS	329
---	-----

Tercio Sampaio Ferraz Junior

1 Luhmann: o direito é um sistema autopoietico	329
2 Do creditamento previsto no art. 3º, § 2º, II, da Lei n. 10.637, de 2002, e seu homólogo na Lei n. 10.833, de 2003	332
3 Da perspectiva de sistemas autopoieticos, operacionalmente fechados	333
4 Da abertura cognitiva	339
5 Conclusão	342
Referências	343

RECEITA NA CONTABILIDADE E NO DIREITO TRIBUTÁRIO SOB A PERSPECTIVA DA JUSTIÇA LUHMANNIANA	345
<i>Túlio Venturini de Souza</i>	
<i>Alexandre Evaristo Pinto</i>	
1 Introdução: uma nova luz sobre uma antiga discussão	345
2 A teoria dos sistemas: o Direito em uma análise funcional-estrutural	346
2.1 A autopoiese do sistema jurídico	352
3 A justiça no pensamento de Niklas Luhmann: a “complexidade adequada” (<i>adequäte Komplexität</i>) como seu fundamento e suas formas de materialização	356
4 O conceito de receita na Contabilidade e no Direito Tributário	364
5 Conclusões	374
Referências	377